

O MST COMO UMA EMPRESA SOCIAL

Luis Antonio Pasquetti¹

Introdução

As mudanças que estão ocorrendo na sociedade causadas por fatores como o avanço tecnológico, a evolução nas ciências e nas telecomunicações, as novas técnicas de gestão empresarial e a crise em que se encontra o atual modelo de Estado no atendimento às demandas sociais, o modelo de desenvolvimento adotado, de modo geral, tem causado alterações profundas nas organizações.

Neste contexto, um fenômeno relativamente novo, vem despertando a atenção no estudo das organizações. Trata-se do crescimento quantitativo e qualitativo, especialmente nas últimas duas décadas, de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos ou também chamadas de substantivas, que atuam nas mais variadas áreas atendendo demandas sociais e ocupando espaços, onde nem o Estado e nem o Setor Privado se fazem presentes.

Estas organizações estão sendo chamadas de Terceiro Setor. Este termo pressupõe a existência na sociedade de outros dois setores. Onde o *primeiro* é formado pelo Estado e o *segundo* pelo Setor Privado. Estas organizações podem ser encontradas em diversos países, especialmente a partir do aumento do associativismo na década de 70. Muitas destas experiências, além do trabalho social, implementam estratégias de desenvolvimento econômico e são também chamadas de **Empresas Sociais**.

Este artigo analisa as experiências dos empreendimentos sociais e econômicos, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujo indicadores de resultados demonstram que o MST, a partir do referencial teórico do Terceiro Setor, pode também ser visto como uma *Empresa Social*.

O Terceiro Setor

O Terceiro Setor é um termo relativamente novo no estudo das organizações. Vem se consolidando, especialmente no contexto das organizações sem fins lucrativos, movimentos sociais, organizações não convencionais ou chamadas de não governamentais, com a concepção da existência de três setores na sociedade. Sendo o Estado o *Primeiro Setor*, e o *Segundo Setor*, as *empresas* - ou

¹ Administrador do Setor de Planejamento e Projetos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).. E-Mail: tonicodf@zaz.com.br

setor privado - que atuam com as leis de mercado, buscando maximizar os resultados de seus investimentos, tendo como objetivo principal a geração de lucros. O Segundo Setor orienta-se por critérios de produtividade, competitividade e eficiência, tradicionalmente, tem no Estado um aliado na defesa de seus interesses.

A crise vivida pelo atual modelo de Estado, como provedor dos serviços sociais básicos e o impasse do modelo econômico frente aos desafios e demandas sociais apresentados pela sociedade e não suficientemente atendidas, tem gerado, por um lado, uma desesperança e uma descrença nas instituições. Por outro lado, constata-se, nas últimas duas décadas, um crescimento quantitativo e qualitativo de instituições sem fins lucrativos, movimentos sociais, organizações não convencionais, e diversas iniciativas da sociedade civil, que atuam nas mais diversas áreas buscando formas alternativas de atender estas demandas ocupando espaços deixados pelo Estado e pelo Setor Empresarial. A atuação destas organizações forma o chamado *Terceiro Setor*.

Nos Estados Unidos e na Inglaterra é chamado de "*Voluntary Organizations*", "*Independent Sector*", "*Nonprofit Sector*", na França "*Économie Sociale*", na Alemanha, "*Gemeinnützige Organisationeme*" e na Itália de "*Terzo Settore*".

Segundo Landim², estas organizações surgem, nos Estados Unidos e na Inglaterra, como substitutos governamentais na prestação de serviços sociais³; como protagonistas no combate à exclusão dos pobres na França⁴, promotoras de pluralismo na Suécia; agentes de democratização na América Latina; catalisadoras de participação e organização populares em vários contextos do Terceiro Mundo. E ainda, conforme os pesquisadores Salamon e Anheier "... contribuindo para aliviar os problemas humanos pelo mundo afora, mas que em geral recebem pouca atenção de pesquisas acadêmicas e debates públicos"⁵.

Conforme Salamon e Anheier (1994) a contribuição deste setor na geração de postos de trabalho já é bastante significativa: no Japão contribui com 2,5% em relação a PEA, na Alemanha, Inglaterra e França com 4% e nos Estados Unidos com 7%.

Na Itália, uma pesquisa realizada pela Universidade Católica de Milão, em 1991, indicava a existência de 52 mil organizações do Terceiro Setor. Estas organizações criaram emprego para 418 mil pessoas, o que representa 1,8% do total de pessoas empregadas no País. Se forem considerados também os voluntários que atuam nestas organizações, chega-se a um total de 720 mil pessoas. Os recursos financeiros geridos por estas instituições representam 2,1% do PIB Italiano.

2 LANDIM, Leilah. Para Além do Mercado e do Estado: Filantropia e Cidadania no Brasil. Série Textos de Pesquisa, ISER. Rio de Janeiro, 1993.

3. Ibid., p.10.

4. SALAMON, L. and ANHEIER, A. The Federal Budget and the Nonprofit Sector. Washington: The Urban Institute Press, 1992.

5 Ibid., p.123.

A Empresa Social

Os empreendimentos sociais que desempenham atividades econômicas geridos pelas organizações do chamado Terceiro Setor, segundo alguns autores, também podem ser chamadas de *Empresas Sociais*, visto que, estes empreendimentos não apenas cuidam de questões sociais, mas muitos deles, desenvolvem atividades econômicas, sem assistencialismo, tornando produtivas as atividades sociais, que geram renda, emprego e desenvolvimento econômico a partir dos seus objetivos sociais. Mas o que é uma Empresa Social? O que a diferencia das outras empresas?

Segundo Leonardis, Mauri e Rotelli(1994), é preciso, primeiramente, dizer o que a empresa social não é, para depois então definir o que ela é. A empresa social, não é uma empresa com "um pouco" de social. Não é assistência social com "um pouco" de trabalho. Também não é o trabalho social implementado como empresa. Ou seja, a empresa social, segundo estes autores é: "*...una strategia produttiva, ma il cui luogo di elezione é il sociale, la riproduzione, l'assistenza, la redistribuzione...é dunque una strategia per rendere imprenditoriale il sociale, tradizionalmente improdutivo, puro costo, puro spreco, o peggio.*"⁶ A empresa social é vista como sendo uma *estratégia produtiva* dos empreendimentos sociais, com gestão participativa, propriedade coletiva, onde os resultados são socialmente apropriados, gerando desenvolvimento humano, social e econômico e em determinadas situações local e sustentável.

Na França, as experiências de organizações de *economia social* vem se fortalecendo desde a década de 70, também chamada de *economia solidária* ou *investimento social*. Tem suas raízes ligadas ao movimento de maio de 1968 e em torno da luta autogestionária dos operários e camponeses de Larzac. Mas também podem ser interpretadas como uma continuidade dos nos *falanstérios* ou *familistérios*⁷. Atualmente, estas empresas da economia de solidariedade, empregam na França, 1,1 milhão de pessoas⁸ e a sua produção contribui com cerca de 6% do PNB. Na Alemanha existem muitas organizações oriundas dos movimentos sociais da "contra cultura", e nos anos 80 surgiram os *eco-empresários*, formando uma economia específica ou paralela significativa.

Outro exemplo é o Mondragon Complexo Cooperativo (MCC) na Espanha. Teve como origem, as práticas esporádicas de trabalhos "vecinales", uma espécie de mutirão entre moradores próximos. Atualmente o MCC divide-se em três ramos: o Grupo Industrial, que representa 43% do faturamento bruto,

6LEONARDIS, Ota de, MAURI Diana, ROTELLI, Franco. *L'impresa Sociale*.Milão: Etzioni Anabasi SPA, 1994. p.23-24.

7 Falanstério: sistema coletivizado de produção e consumo que tem como base a transformação da sociedade conforme FOURIER, primeiro ideólogo do cooperativismo francês. Em 1882 publicou sua principal obra: *Traité de l'Association Domestique Agricole*. Sua obra influenciou várias colônias na França e na América.

8 OLIVEIRA, Maurício Roque Seva de. *Racionalidade e Organização: o fenômeno das organizações substantivas*. In: tese de doutorado em administração. FGV. São Paulo, 1996.

o Grupo de Distribuição, com 19% e o Grupo Financeiro com 38%, que atualmente é considerado o principal grupo empresarial do País Basco.

Experiências significativas surgem também na área financeira ou de crédito. São os chamados *Bancos do Povo* ou *Bancos de Solidariedade*⁹. Um dos mais conhecidos exemplos de *Banco do Povo* é o Grameen Bank de Bangladesh. Na Europa existem boas experiências, deste tipo de organização como: o **Tríodos Bank**, criado na Holanda em 1980, o **Oekobank**, fundado na Alemanha em 1988, o **ABS** ou Banco Alternativo Suíço que iniciou suas atividades em 1990, o **RAFAD** da Suíça que opera desde 1995 e a **Banca Ética** na Itália, criado em 1997.

No Brasil, destacam-se duas experiências também significativas de Banco do Povo, de iniciativa governamental, voltadas com exclusividade ao atendimento da população de baixa renda, dando oportunidade de crédito aos excluídos sociais. Estes, passam a desenvolver seu potencial empreendedor. Uma delas situa-se em Porto Alegre, o *Porto Alegre Solidário* (PORTOSOL), implantada pela Prefeitura Municipal e a outra localizada em Brasília o *BRB Trabalho* criado em 1996, pelo Governo do Distrito Federal.

Outros conceitos podem ser atribuídos para as organizações que compõem este segmento, como por exemplo: o de *Economia Social* do Conselho de Wallon, do Governo Belga, o de *Economia de Solidariedade*, do Professor Razetto (1993), de *Empresas Comunitárias* de Júlio Santamaria Guerra (1969), ou *Empresas Associativas ou Comunitárias*, conforme Bosco Pinto (1975). Preferimos neste trabalho utilizar o termo *Empresa Social*, com a seguinte definição: *Empresas Sociais são empreendimentos com objetivos sociais, que adotam estratégias de desenvolvimento econômico, com gestão empresarial participativa e democrática, com trabalho voluntário e remunerado, onde a propriedade é coletiva, e os resultados obtidos são reinvestidos e apropriados pelos seus associados ou por seu público alvo.*

O MST como Empresa Social

O surgimento do MST não pode ser visto como algo novo na história do Brasil. Na verdade, representa a continuidade das lutas camponesas em uma nova fase de nossa história. No período colonial até o final de 1800, foram os índios e negros que protagonizaram essa luta. No final do século XIX e início do nosso século, são exemplares os movimentos dos Canudos, do Contestado, o Cangaço, entre outras lutas. Entre 1950 e 1964, o movimento camponês organizou-se enquanto classe, fazendo a luta pela terra de forma organizada. Surgem as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores

⁹ Banco do Povo ou Banco Solidariedade são chamadas para diferentes instituições especializadas em financiamento que se destinam a pessoas pobres e que possuem, em geral, as características apontadas no texto acima. CARVALHO, Carlos Eduardo in. IF-Informação Financeira. Banco do Povo Alternativa para financiar os mais pobres. IESP/FUNDAP, 1996. p.16.

Agrícolas do Brasil (ULTABs) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Esses movimentos foram esmagados pela ditadura militar após 1964, e seus principais líderes foram assassinados, presos ou exilados. Entre 1979 e 1980, no bojo da luta pela redemocratização, surge uma nova forma de pressão dos camponeses: as ocupações organizadas por dezenas ou centenas de famílias. Em 1985 os participantes dessas ocupações fundam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Os Empreendimentos Sociais do MST

Atualmente o MST, está organizado em 22 Estados do País, articula cerca de 200 mil famílias, que vivem em 1.600 assentamentos de Reforma Agrária. Desenvolve atividades em áreas tão diversas como: Educação, Formação Técnica, Produção, Cultura, Mulheres, Juventude, Comunicação, Relações Internacionais, e principalmente a Luta pela Terra, através das ocupações.

O Setor de Educação, é um dos exemplos, já recebeu o prêmio ITAÚ/UNICEF em dez 1995, pelo trabalho com as cinquenta mil crianças, das mil escolas públicas de primeiro grau existentes nos assentamentos. Está desenvolvendo uma pedagogia específica para a educação básica do campo, com propostas e atividades concretas que envolvem desde a educação infantil até a Universidade. No início de 1998, iniciou um curso de graduação em Pedagogia em parceria com a UNIJUÍ-RS. Também em parceria com a CNBB, UNICEF, UnB e UNESCO realizou a primeira *Conferência por uma Educação Básica do Campo*, em Brasília, de 27 a 31 jul. de 1998, com a presença de mil professoras/es.

Outro setor, organizados recentemente, a Articulação das Mulheres, desenvolve uma série de atividades específicas. Pois, as mulheres se faz presente desde a ocupação até a organização do assentamento, da escola, das lutas e manifestações que precisam continuar até que as condições mínimas necessárias para uma vida digna estejam presentes no meio em que vivem.

Outras áreas de atividades estão sendo desenvolvidas pelo MST, a Cultura é uma delas. Em julho de 1998, lançou em parceria com músicos simpáticos a questão da Reforma Agrária, seu primeiro CD com músicas de lutas. Nas relações internacionais, o MST, articula-se com diversos movimentos de luta pela terra, política agrícola e Reforma Agrária da América Latina e também em âmbito mundial, através da Via Campesina, que é uma articulação internacional de movimentos camponeses dos cinco continentes. No exterior o apoio ao movimento é cada vez mais significativo. Sua intransigência contra o neoliberalismo, sua forma constante, permanente e insistente de luta, tem feito com que diversos grupos de apoio se constituam no exterior. São estudantes, sindicalistas, religiosos, entidades de Cooperação Internacional que realizam atividades de solidariedade nos diversos Países. Somente em 1997, foram realizados seiscentos eventos na Europa, articulados pelos diferentes grupos,

através da exposição Terra do fotógrafo Sebastião Salgado, com CD de Chico Buarque e Milton Nascimento.

Os Impactos Gerados pelos Empreendimentos Econômicos do MST

Além dos empreendimentos sociais acima citados, o MST está criando pequenas e médias empresas cooperativadas, algumas com agroindústrias e associações de produção e serviços. São cerca de quatrocentas associações de máquinas, comercialização e serviços, setenta cooperativas de produção, duas cooperativas de crédito e 55 pequenas e médias agroindústrias que hoje já criam impactos positivos, em termos de geração de emprego, renda e impostos em setecentos municípios do interior do Brasil. Destacamos a seguir algumas destas experiências.

No Estado do Rio Grande do Sul o processo de organização e comercialização da produção dos 97 assentamentos de Reforma Agrária ligados ao MST, iniciou-se a partir da criação de quatro cooperativas regionais. Em 1991 fundou-se a Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul (COCEARGS) que congrega hoje cerca de vinte cooperativas de produção. Algumas destas cooperativas estão localizadas na antiga Fazenda Annoni, latifúndio improdutivo com mais de 20 mil hectares. Parte das terras foram desapropriadas, depois da ocupação realizada em 29 de outubro de 1985, com 8 mil colonos na Fazenda Annoni, no município de Sarandi - RS. Foi a primeira ação organizada depois da fundação do MST. Em torno de 9.700 hectares já estavam desapropriados desde 1971 para assentar uma parte dos desalojados pela construção da hidrelétrica do Rio Passo Real. Hoje, 420 famílias estão produzindo organizadas em oito núcleos. Estas famílias construíram a maior cooperativa de assentados e pequenos produtores do Estado do Rio Grande do Sul e estão interferindo nos rumos políticos do pequeno município de Pontão que abrange parte das terras, onde elegeram um assentado como Prefeito em 1995.

A Cooperativa Agrícola Novo Sarandi Ltda. - COOANOL, foi fundada em fevereiro de 1990 por 35 famílias da Ex - Fazenda Annoni, atual Assentamento Novo Sarandi - Holandês, mais noventa pequenos produtores vizinhos. O objetivo era melhorar as condições de negociação dos preços e ajudar na organização da produção. Atualmente, a COOANOL conta com 1.532 associados. Não estão preocupados apenas com seu próprio desenvolvimento, mas com toda a região, como demonstra a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável sob orientação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB - com sede em São Paulo, que compõe o Setor de Produção do MST.

Com o objetivo de apoiar seus associados, a cooperativa possui um fundo rotativo de 200 mil reais que podem ser utilizados para investimentos. Presta serviços como aluguel de máquinas, e contratou cinco técnicos agrícolas para dar assistência adequada, segundo as necessidades de cada núcleo de produção. O

resultado disso é a recuperação do solo, o desenvolvimento tecnológico, a aquisição de matrizes de gado leiteiro, a mecanização da lavoura de grãos, o investimento na industrialização da erva mate e no resfriamento do leite.

A cooperativa optou por especializar, captar e produzir leite com qualidade para entregar às empresas do ramo na região, construindo um posto de recebimento e resfriamento de leite. Este foi um passo importante para capitalizar os produtores através da retenção de parte da produção, que gerou um fundo rotativo para investimento em infra-estrutura, no valor equivalente a um milhão de litros de leite. Este fundo já viabilizou a aquisição de resfriadores para 60% dos associados da cooperativa. Instalado em 1991 com 25% da capacidade atual, o posto precisou inovar para conquistar os quatrocentos produtores em cinco municípios da região que contribuem com 30% dos 13 mil litros recolhidos diariamente, sendo que o restante, 70% é produzido no assentamento.

Para resolver o problema de crédito, os assentados e os pequenos produtores da região próxima ao assentamento fundaram em 1996 a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda. - CREDIHNOR -, segundo o presidente da cooperativa, Valdemar de Oliveira:

(...) os pequenos [agricultores] não tem como pegar dinheiro nos bancos tradicionais porque não tem volume [de produção] nem garantias. Também queremos que o resultado da luta e da produção gire no próprio sistema cooperativista"

O quadro a seguir permite uma análise comparativa entre o que havia antes do assentamento, quando a terra estava concentrada em uma grande propriedade, e depois de realizado o assentamento, com as 420 famílias produzindo:

Quadro comparativo da produção existente antes e depois do assentamento (Sarandi/RS)

Aspectos Gerais	Antes do assentamento	Depois de criado o assentamento
Numero de habitantes	45	1.226
Residências	5	243
Pocilga de Alvenaria	-	7
Estábulo de alvenaria	-	13
Galpão	-	163
Armazéns	-	4
Fossas sépticas	-	100
Estufa para hortigrangeiros	-	4
Açudes	-	56
Barragens	-	6
Escolas	1	6

Aspectos Gerais	Antes do assentamento	Depois de criado o assentamento
Bombas para irrigação	-	3
Implementos agrícolas	-	114
Trator	-	35
Colheitadeira	-	7
Caminhão	-	15
Poço artesiano	-	10
Caixa d'água	-	143
Escritório/Secretaria	-	2
Creche	-	1
Suínos	-	2.867
Bovino de corte	-	681
Bovino leiteiro	-	1.299
Aves	-	21.430
Apicultura	-	258 cx
Pomar	-	14 ha
Reflorestamento	mata nativa	mata nativa + 15 ha refl.
Arroz	-	51 ha
Milho	-	554 ha
Feijão	-	116 ha
Hortigranjeiros	-	15 ha
Aipim	-	72 ha
Melancia	-	16 ha
Melão	-	13 ha
Morango	-	21 ha
Abóbora	-	23 ha
Cebola	-	16 ha
Alho	-	11 ha
Amendoim	-	15 ha
Pipoca	-	19 ha
Pepino	-	12 ha
Cana	-	44 ha
Aveia	-	1.768 ha
Silagem	-	3.227 ton/ano
Mel	-	2.550 ton/ano
Leite	-	143.600 lts/mês
Ovos	-	1.096 dz/mês
Queijo	-	396 dz/mês
Carne suína	-	23.600 Kg/mês
Carne bovina	-	15.670 Kh/mês

Aspectos Gerais	Antes do assentamento	Depois de criado o assentamento
Banha	-	1.728 Kg/mês
Frutas	-	800 Kg/ano
Erva-Mate	-	59 ha
Soja	-	2.400 ha
Batedor	-	6 un
Roda d'água	-	11 un
Forageira	-	96 un
Trilhadeira	-	27 un
Frigorífico	-	1

Fonte: Revista, *A vida no Assentamento*. Porto Alegre: COCEARGS, 1997. p.17.

A Geração de Impostos e a Participação da Mulher.

O Assentamento de Promissão, conta com 637 famílias, de um total de três mil famílias assentadas no município de Promissão/SP. Elas ocuparam em 1987, uma fazenda improdutivo de 23 mil hectares. Hoje, 17 mil hectares são utilizados para a produção e cinco mil permanecem como reserva florestal e como proteção ambiental aos mananciais existentes no assentamento. O Prefeito Municipal, Clécio Vedoato (PMDB) está orgulhoso de ter o assentamento em seu município, e argumenta que o assentamento gerou desenvolvimento, comparando a arrecadação municipal com a de outras cidades próximas:

(...) nosso ICMS por habitante é maior que o de Lins, por causa da distribuição de renda. Em Lins tem apenas grandes produtores, que concentram a renda e gastam fora do município. Aqui, temos também pequenos produtores que consomem aqui mesmo, geram riqueza. Veja, se cada assentado comprar uma camiseta, são três mil camisetas que o comércio vende"¹⁰.

Segundo o Prefeito, a história de Promissão, divide-se em antes e depois do assentamento dos sem-terra. Este mesmo comentário pode ser ouvido, em Promissão, conforme Carlos Azevedo¹¹, no supermercado local, no bar, no restaurante, no posto de gasolina, nas lojas de roupas e de produtos agrícolas. Antes, era uma cidade pobre, de bóias-fria, e dependente de dois grandes produtores, um proprietário de uma usina de açúcar e álcool e outro com fazendas que produzem para uma rede de cem lojas e supermercados. Hoje, Promissão está classificado como um Município não-pobre da região.

10 Revista Caros Amigos. Ed. Casa Amarela. São Paulo, 1997, (I), nº 4, jul/97, p.18.

11 AZEVEDO, Carlos. Idem (Reportagem).

O assentamento promoveu um salto na produção agrícola e na movimentação financeira dos setores de comércio e serviços local. Gerou mais de dois mil empregos diretos no próprio assentamento, e mais algumas centenas de empregos no comércio, e também no Banco do Brasil que teve que ampliar sua agência. O assentamento está entre os três maiores contribuintes em imposto do Município. Muito próximo das duas maiores empresas locais a EQUIPAV, usina de cana e álcool, e o grupo GÊJOTA, com fazendas e supermercados.

No assentamento as famílias estão organizadas e distribuídas em nove agrovilas, para evitar a dispersão por toda a área. Desta maneira, a infraestrutura básica, como a energia elétrica, estradas e água canalizada, pode ser instalada com menor custo. O bem estar social pode ser constatado, segundo Azevedo, pela existência de energia elétrica em todas as casas, fogão a gás, geladeiras, algumas com freezer e antenas parabólicas, rádio e ferro elétrico. As escolas da agrovila, atendem as crianças até a 4ª série. Após a 5ª série as crianças frequentam a escola a 15 Km do assentamento, na cidade, e são transportadas pelo ônibus da Prefeitura Municipal.

As vantagens de se trabalhar de forma cooperada, segundo Maria Rodrigues, 37 anos, cinco filhos, mineira, presidente da COOPAJOTA e da Central de Cooperativas dos Assentados do Estado de São Paulo(CCA/SP), são as seguintes:

(...) a) as famílias das cooperativas moram na mesma rua da agrovila, exploram os lotes de terra de forma coletiva; (b) a remuneração pelas horas trabalhadas é feita de forma igual entre homens e mulheres, não importando o tipo de trabalho; (c) as mulheres participam ativamente das atividades de produção. Embora, cada casa tenha seu fogão, a cooperativa organizou um refeitório coletivo onde todos fazem suas refeições, apenas duas mulheres trabalham no refeitório, especializadas e que recebem o mesmo valor que as outras que estão em outros trabalhos de produção. Ao invés de ter sessenta fogões consumindo gás e o trabalho das mulheres, apenas o refeitório coletivo é utilizado para a alimentação do grupo da cooperativa; (d) as mulheres acabam participando mais do lazer, tem seu próprio time de futebol por exemplo; (e) os jovens são incentivados a continuar seus estudos na Universidade. Trabalham no assentamento uma administradora, um contabilista e dois técnicos agrícolas, que são filhos de assentados, que depois de concluir o curso superior ou de nível médio voltaram para trabalhar na cooperativa do assentamento; (f) a comunicação interna é feita pela Rádio Camponesa, uma rádio comunitária onde trabalham cinco pessoas, que funciona das 5 h da manhã até a meia-noite para todo o assentamento; (g) a ordenha das vacas é mecânica, a produção de legumes e verduras é feito em 18 estufas com o moderno sistema de irrigação por gotejamento, onde foram investidos 45 mil reais oriundos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária, liberado após manifestação e pressão junto ao Banco do Brasil feita em todo o Estado de São Paulo.

Estes elementos citados pela presidente da cooperativa evidenciam as vantagens da cooperação agrícola, que ao mesmo tempo em que cultua o espírito de solidariedade cooperativista, mescla-se com técnicas administrativas empresariais, de controle da produtividade individual para remunerar a mão de obra, de gestão da empresa cooperativa, mas com a diferença que os resultados obtidos são partilhados entre aqueles que produziram.

Produtividade, Arrecadação de Impostos e a Qualidade de Vida.

Outro exemplo de impacto local causado pelos assentamentos e de melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, encontra-se em uma pesquisa da Universidade de Cruz Alta, RS, realizada no ano de 1989, em oito assentamentos localizados em quatro municípios do Rio Grande do Sul, Cruz Alta, Ibirubá, Fortaleza dos Valos e Salto do Jacuí. Conforme o professor Jurandir Zamberlam, coordenador da pesquisa, o objetivo proposto era: "*...medir a efetiva participação dos assentamentos na economia dos municípios e a qualidade de vida dos assentados*".¹²

Os oito assentamentos pesquisados possuem uma área total de 20.873 hectares, o que equivale a 5,03% da área total dos quatro municípios onde se situam. Neles foram assentadas 755 famílias, ou 4.406 pessoas. A pesquisa revela que apesar de possuírem apenas 5,03% a área agricultável, produzem, por exemplo, 21,9% dos suínos dos quatro municípios, 31,6% do arroz, 22,5% das aves, 22,2% do milho, 20% da laranja, 18,4% do leite e 5,9% do trigo.

Outros dados encontrados pela pesquisa demonstram a melhoria da qualidade de vida dos "ex-sem-terra" nos seguintes quesitos: (a) **habitação**: Nos assentamentos mais antigos: 33% das casas são de alvenaria, 50% de madeira e 17% de construção mistas, todas as famílias possuem casa para morar. A área construída destas habitações possuem em média 200m². Os pesquisadores, Zamberlam e Florão, da UNICRUZ, afirmam que estes dados:

(...) nos dão um bom indicativo em termos de nível de habitação, pois segundo Hélio Jaguaribe, no Brasil, para um padrão de 70m² a 100m², corresponde uma renda entre 5 a 10 salários mínimos. Aliás, é a renda, por família, que foi constatada nesses municípios."¹³.

Já nos assentamentos mais recentes, da década de 80, 7,4% das habitações apresentaram um estado classificado pelos pesquisadores de "bom estado" de

12 ZAMBERLAM, in STEDILE A Reforma Agrária e a Luta do MST. São Paulo: Vozes, 1997. p.177.

13 STEDILE, J.P. e GORGEN, Sérgio. Assentamentos: a Resposta Econômica da Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes, 1991. p.27. Pesquisa realizada por ZAMBERLAM, UNICRUZ,RS.

conservação, 79,4% , a maioria, estado "regular" e 13,2% foram consideradas em "péssimo estado". A média de área construída ficou em 36m², o que equivale, segundo estudos de Jaguaribe sobre a relação entre o tamanho das habitações e a renda familiar, em 2,8 a 5 salários mínimos; (b) **outras melhorias:** 93,4% possuem água encanada; 84,8% chuveiro elétrico; 62% esgoto; 82% poço negro; 93,4% possuem eletricidade; (c) **Saúde:** os assentamentos apresentaram índices inferiores de enfermidades do que as encontradas no meio rural de Cruz Alta, conforme tabela seguinte.

Tabela I - Principais doenças no município de Cruz Alta e em 8 assentamentos - 1988 e 1989(%)

Principais Doenças	Censo 1989 Assentamentos	- CIMS 1988 Mun. Cruz Alta
Cárie	24,44%	73,0%
Respiratórias	12,82%	26,0%
Verminose	16,49%	40,0%
Neurose	5,89%	18,0%
Cardiopatía	3,52%	9,0%
Alcoolismo	2,97%	8,0%
Deficiência física	5,70%	16,0%

Fonte: CIMS-Plano Municipal de Saúde, Cruz Alta,1988. Fundação Universidade de Cruz Alta, Censo 1989. ZAMBERLAM e FLORÃO, 1989. In STEDILE & GORGEN,1991. p28.

A pesquisa aponta ainda que a mortalidade infantil nos assentamentos é de 14 para cada mil nascidos vivos, enquanto que no município de Cruz Alta o índice é de 19 para mil nascidos vivos; (d) **participação comunitária:** 94% das famílias participam de atividades religiosas, sendo 81,6% da religião católica; 79,6% de atividades sindicais e 67,7% das famílias estão associadas em cooperativas.

Um outro fator importante quanto ao aspecto da participação econômica dos assentamentos nos municípios onde são instalados, é a sua participação nos impostos, como pode ser observado nos dados de Zamberlam e Florão(1989):

*(...)para os tributos federais calculou-se um total de 165.511 BTNF e 1.813.623 BTNF para ICMS e outras receitas estaduais. Isso significa, em termos comparativos, que o total de impostos dos 8 assentamentos se aproxima da previsão orçamentaria do município de Cruz Alta [para o] ano de 1989."*¹⁴

14 Op.Cit.p.38. Pesquisa realizada por ZAMBERLAM e FLORÃO,1989 UNICRUZ, RS.

Quanto as despesas efetuadas pelo Governo para realizar estes assentamentos, os pesquisadores encontraram, para os assentamentos mais antigos realizados na década de 70, um índice de retorno de 2,69 cruzeiros para cada 1,00 cruzeiros que foram gastos na época. Nos assentamentos mais recentes, da década de 80, a relação ficou em 1,60 para cada 1,00 investidos pelo poder público.

Os dados demonstram que o poder público investiu menos nos assentamentos mais recentes, mas nos dois casos houve um retorno do investimento realizado. A sociedade de um modo geral, foi beneficiada, os recursos públicos retornam na forma de impostos além da melhoria da qualidade de vida, da produção de alimentos e da geração de desenvolvimento local. Os pesquisadores concluem dizendo que:

(...)os retornos, em forma de tributos diretos e indiretos, para a sociedade, por seu montante, demonstram que os assentamentos são centelhas energizantes...seja pelos tributos gerados, seja pela demanda e oferta de produtos ao mercado.”¹⁵

Outra pesquisa realizada por Zamberlam, Fronchetti e Silveira, quanto ao aspecto alimentar, nos assentamentos do Rincão do Ivaí e Nova Ramada no RS, em 1995 demonstra, conforme tabela abaixo, que as necessidades básicas de alimentação estão sendo supridas por 97,8% das famílias.

**Tabela II - Número de refeições das famílias do assentamento
Rincão do Ivaí, RS - 1995**

NºFamílias	3 ao dia	2 ao dia	1 ao dia	Esporadicamente	Total
95	97,8%	2,2%	-	-	100%

Fonte: STEDILE(Org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. São Paulo: Vozes, 1997. p.178. Pesquisa Direta,1995. ZAMBERLAN e FRONCHETI, Unicruz,RS.

Segundo Elenir Silveira(1995)¹⁶, que compara, na tabela abaixo a produtividade de um assentamento com outras quatro grandes propriedades da região com áreas semelhantes, trás resultados surpreendentes. Além disso comprova a importância do assentamento na arrecadação de impostos, no município onde está instalado.

O Assentamento Nova Ramada, criado em 1989, localiza-se no município de Júlio de Castilhos - RS, possui uma área de 2.292 hectares, onde vivem 98 famílias. Foram também, pesquisadas quatro fazenda da região com 2 mil hectares cada uma. Os resultados podem ser observados na tabela a seguir:

¹⁵ Idem. p.39.

¹⁶ STEDILE(Org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. São Paulo: Vozes, 1997. p.180-181. Pesquisa Direta,1995. SILVEIRA, Elenir, Unicruz,RS.

Tabela III - Produção Assentamento Nova Ramada e Quatro Fazenda com Área Territorial Semelhante, no Município de Júlio de Castilhos- RS Safra 94/95

Descrição*	Total dos Custos de Produção	Total do Valor da Venda da Produção	%
Fazenda Retiro	5.223,88	35.307,21	
Fazenda Reserva	34.700,00	87.600,00	
Fazenda Palma	47.202,50	72.905,88	
Fazenda Corticeira	116.319,00	214.591,57	
Sub-Total	203.445,38	408.404,66	37,95%
Assentamento Nova Ramada I	471.097,12	662.825,91	62,05%
Total	674.542,50	1.068.230,00	100%

Fonte: Fonte: STEDILE(Org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. São Paulo: Vozes, 1997. p.180-181. [Pesquisa Direta,1995. SILVEIRA,Elenir, Unicruz,RS

Estes dados demonstram que o assentamento tem uma produção significativamente superior se comparada as quatro propriedades rurais de grande porte da região. Muitos fatores podem explicar esta questão. As propriedades podem estar sendo subutilizadas, sucateadas ou com dificuldades financeiras. Porém, o mais importante é que estes dados demonstram que o assentamento, apesar de contar com poucos incentivos governamentais ou créditos bancários vultuosos, que são comuns nas grandes propriedades, conseguiu produzir o equivalente a 62,05% , quando somada toda a produção.

Outro dado significativo levantado por Silveira(1995), junto a unidade da Exatoria Estadual do município de Júlio de Castilhos, indica que em 1995, o assentamento que possui 0,7% das terras, contribuiu com 5% da arrecadação total do município. Com esta arrecadação, o assentamento transformou-se no segundo maior arrecadador de tributos municipais do meio rural. É importante lembrar que esta região é caracterizada por grandes propriedades de terras, que por sua vez poderiam ou deveriam destacar-se na contribuição dos tributos. O assentamento demonstra através dos dados de arrecadação de tributos, seu impacto positivo no município onde está inserido.

Além das experiências e pesquisas acima descritas, uma outra pesquisa realizada pela Food and Agriculture Organization (FAO/PNUD) e Ministério da Agricultura, em 1992, demonstrou que em média a renda familiar dos assentados é de 3,7 salário mínimos. Este dado é significativo, se considerarmos que a situação anterior ao assentamento, como famílias sem terra é de exclusão¹⁷

¹⁷ Segundo pesquisa do Datafolha os sem terra são uma parcela da população do campo em situação de exclusão social. Esta categorização de exclusão social, foi feita a partir dos indicadores de renda, propriedade e educação escolar. A pesquisa foi realizada em acampamentos, ligados ao MST, nos Estados do Pará, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Quanto ao grau de escolaridade, a pesquisa aponta que dos sem terra, que vivem nestes

econômica e social, situando-se abaixo da linha de pobreza, estipulada pelo Banco Mundial, para famílias que tenham renda menor que US\$100,00 mensais.

As experiências acima descritas e pesquisadas comprovam a importância dos empreendimentos sociais e econômicos desenvolvidos pelo MST. O MST está implementando um tipo de desenvolvimento também chamado de *desenvolvimento local*, definido por Dawbor (1995)¹⁸ como aquele que:

(...) tem como base a descentralização das políticas públicas...o fortalecimento da sociedade local, para poder enfrentar os desafios da melhoria da qualidade de vida, do desemprego da falta de infra-estrutura entre outras. (...) o desenvolvimento local precisa ser pensado não apenas dentro da lógica economicista. É preciso conceituá-lo sob uma nova roupagem não subordinada aos agregados macroeconômicos ou a eficiência das unidades de produção...mas que coloque o ser humano e os interesses coletivos e da maiorias como ponto central.

Outros pesquisadores fortalecem a argumentação de um movimento social, que desenvolve experiências inovadoras com gestão empresarial, como o professor José de Souza Martins que afirma que o MST:

(...) tem uma proposta de produção sofisticada na agricultura familiar, com trabalho gerencial de boa qualidade, da coisa que funciona, que dá certo(...)o Movimento Sem Terra está provando isso.(...)o Movimento Sem Terra tenta realizar nos assentamentos: a inserção desses trabalhadores numa lógica econômica mais ampla, racional, apoiada na idéia de retornos econômicos modernos e reciprocidades sociais basicamente tradicionais, na idéia de formas amplas de cooperação não só econômica, mas também de solidariedade comunitária revigorada"¹⁹.

Também, Zander Navarro, professor e pesquisador da questão agrária brasileira, argumenta que o MST é:

(...)um dinâmico movimento social que organizado no início dos anos oitenta, a partir dos três estados do Sul, foi capaz, nos anos seguintes, de ampliar a sua capilaridade social, desenvolver metodologias de organização interna, interferir em políticas

acampamentos, 22% nunca estudaram e 68% não completaram o primeiro grau. Enquanto que no meio rural os índices são 17% e 64% respectivamente. Quanto a renda: 54% praticamente não possuem renda. Quando inquiridos sobre o bem mais valioso que possuem, 34% responderam que não possuem nada de valor, dos que responderam possuir algo de valor: 19% possuem eletrodoméstico, 10% moradia, 7% animais, 5% roupas. Jornal FSP, caderno especial, 30. jun .97. Pesquisa coordenada por Mauro Francisco Paulino e Alessandro Janoni Hernandez.

18 DAWBOR, Ladislau. A intervenção dos Governos Locais no Processo de Desenvolvimento. In.Revista Polis, São Paulo, 1996(26)p.29

19STEDILE(org.). A Reforma Agrária e a Luta do MST. São Paulo: Vozes, 1997.p.71.

públicas, multiplicar sua face mais conhecida os assentamentos rurais⁶². (...) a notável repercussão dos novos assentamentos nascidos de um processo de reforma agrária nos circuitos comerciais e econômicos locais e regionais, dinamizando os pequenos municípios do interior, descentralizando a riqueza e estimulando novas iniciativas econômicas... apresenta evidências mais do que comprobatórias do poder dinamizador das áreas reformadas na direção do rejuvenescimento econômico das regiões onde se localizam[os assentamentos]"²⁰.

Bernardo Mançano Fernandes, pesquisador, professor e geógrafo, analisando a territorialização e espacialização do MST, argumenta que:

(...) o MST tornou-se um movimento nacional de luta pela terra, resgatando a cidadania na realização da reforma agrária e no esforço de construção de um outro modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Desde sua gênese, vem construindo o seu espaço político, onde nascem diferentes experiências de organização sóciopolítica e econômica, gerando saberes e esperanças num refazer-se infinito."²¹.

Conclusão

O surgimento de organizações não convencionais, substantivas ou não governamentais, pode ser explicado por fatores como: a participação cada vez mais efetiva da sociedade civil, o modelo de Estado que adota políticas neoliberais deixando de atender demandas sociais significativas, o aumento do associativismo a partir da década de 70 em todo o mundo, fazem com que a sociedade se mobilize e crie organizações constituindo um setor específico, para além do Estado (*Primeiro Setor*) e do Setor Privado (*o Segundo Setor*), que se convencionou chamar de *Terceiro Setor*.

As organizações do Terceiro Setor que desenvolvem empreendimentos econômicos, com objetivos sociais, também podem ser chamadas de *Empresas Sociais* e apresentam características inovadoras tais como: (I) a utilização em suas esferas de poder de um modelo de gestão democrático e participativo; (II) a motivação para o trabalho voluntário de seus membros, de colaboradores, simpatizantes ou militantes, mas também de trabalho remunerado; (III) o compromisso pessoal de seus membros, no cumprimento dos objetivos sociais da organização; (IV) não tem no lucro sua referência principal, mas algumas, implementam estratégias de desenvolvimento econômico para realizar investimento social, que gera desenvolvimento humano e provoca um impacto local, também chamado de desenvolvimento local; (V) a propriedade do patrimônio é coletiva e em última instância; (VI) buscam a emancipação humana.

20 Idem, p.112

21 Idem, p.123

As experiências acima apresentadas a partir do referencial teórico de Empresa Social no contexto do Terceiro Setor, nos levam a concluir que o MST pode ser visto também, como uma Empresa Social, pela geração de empregos, impostos, melhoria da qualidade de vida, impacto local e desenvolvimento econômico, social e humano gerado nos assentamentos de Reforma Agrária. O MST, através de seus empreendimentos sociais e econômicos, consegue transformar excluídos sociais em cidadãos produtivos e empreendedores.

Bibliografia

- BOBBA, Luigi e NANNI, Antônio. *Viaggio nel terzo settore*. Torino, Itália. Edizioni Sonda, 1997.
- CALDART, Roseli Salete. *Educação em Movimento: Formação de Educadoras e Educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. *Banco do Povo: alternativa para financiar os mais pobres*. in IF Informação financeira. São Paulo, 1995. p.14-17.
- COCEARGS, *A Vida no Assentamento*. Cartilha publicada pela Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1997.
- DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *A Intervenção dos Governos Locais no Processo de Desenvolvimento*. In: Revista Pólis, São Paulo, 1996(26) p.29.
- _____. *Governabilidade e Descentralização*. Revista Perspectiva. São Paulo, v.10, n. 3, jul/set. 1996.
- DRACH, Marcel e TOBOUL Bernard. *L'économie Parallèle Allemande*. Paris: Le Monde Diplomatique, abr 1989.
- DRUCKER, Peter F. *Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos: Princípio e Práticas*. São Paulo: Pioneira, 1994.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado Porém Público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- LANDIM, Leilah. *Para Além do Mercado e do Estado: Filantropia e Cidadania no Brasil*. Textos de pesquisa. Rio de Janeiro: ISER, 1993.
- LEONARDIS, Ota de, MAURI, Diana, ROTELLI, Franco. *L'impresa Sociale*. Milão: Edizioni Anabasi SPA, 1994.
- OLIART, F. *Empresa Comunitaria y Reforma: Desarrollo Rural en las Americas*, (3) 1969, p.209-219. (Tradução GUERRA, Julio Santamaria).
- OLIVEIRA, Maurício Roque Serva. *Racionalidade e Organizações: o Fenômeno das Organizações Substantivas*. In: tese de doutorado em administração, FGV. São Paulo, 1996.
- RAZETO, Luis M. *Los Caminos de la Economia de Solidaridad*. Santiago, Chile. Vivarium, 1993.
- SALAMON, L. and ANHEIER A. *The Federal Budget and the Nonprofit Sector*. Washington: The Urban Institute Press, 1992.
- STEDILE, João Pedro. (Org.). *Assentamentos: a Resposta Econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. (org) *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. São Paulo: Editora Vozes, 1997.
- _____. e GORGEN, Frei Sérgio. *A luta Pela Terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1983.